

## **PROGRAMA DE PROCEDIMENTO**

### **PROCEDIMENTO DE CONCURSO PÚBLICO REFª CP-022/2024 PARA AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS CÓPIA E IMPRESSÃO COM A DISPONIBILIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS MULTIFUNCIONAIS PARA O IPCA**

#### **Artigo 1º**

##### **Objeto do concurso**

1 – O presente procedimento tem por objeto principal a aquisição de serviços de cópia e impressão com a disponibilização de equipamentos multifuncionais para o IPCA, em conformidade com as especificações técnicas descritas no Anexo I do respetivo Caderno de Encargos.

2 – O presente procedimento segue a tramitação do concurso público, nos termos dos artigos 130º a 148º do Código dos Contratos Públicos (CCP) e será integralmente disponibilizado a todos os interessados, na plataforma eletrónica de contratação pública, acessível através do portal <http://www.acingov.pt>, mediante registo.

#### **Artigo 2º**

##### **Entidade Pública adjudicante**

A entidade pública adjudicante é o Instituto Politécnico do Cávado e do Ave (IPCA), com sede no Campus do IPCA - Vila Frescaíña de S. Martinho, 4750-810 Barcelos, NIF: 503 494 933, com o número de telefone: (+0351) 253 80 21 90 e com o endereço eletrónico [geral@ipca.pt](mailto:geral@ipca.pt).

#### **Artigo 3º**

##### **Órgão que tomou a decisão de contratar**

A decisão de contratar foi autorizada pelo Conselho de Gestão do IPCA, nos termos do artigo 36º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado através do Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de janeiro, com as atualizações em vigor.

#### **Artigo 4º**

##### **Impedimentos**

Não podem ser candidatos, concorrentes ou integrar qualquer agrupamento, as entidades que violem qualquer das disposições previstas no artigo 55º do Código dos Contratos Públicos.

## **Artigo 5º**

### **Disponibilização e acesso ao procedimento**

As peças do concurso serão integralmente disponibilizadas na plataforma eletrónica de contratação pública utilizada pelo IPCA, acessível através do *site* eletrónico <http://www.acingov.pt>, desde o dia da publicação do anúncio em Diário da República, até ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas.

## **Artigo 6º**

### **Esclarecimentos e Retificações e Alterações das Peças do Procedimento**

1 - Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento podem ser solicitados pelos interessados, por escrito, no primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, através da plataforma eletrónica de contratação utilizada pelo IPCA em <http://www.acingov.pt>.

2 - Até ao termo do primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, os interessados devem ainda apresentar, através da plataforma eletrónica utilizada pelo IPCA, em <http://www.acingov.pt>, ao órgão competente para a decisão de contratar, uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e as omissões do caderno de encargos detetados e que digam respeito a:

- a) Aspetos ou dados que se revelem desconformes com a realidade;
- b) Espécie ou quantidade de prestações estritamente necessárias à integral execução do objeto do contrato a celebrar;
- c) Condições técnicas de execução do objeto do contrato a celebrar que o interessado não considere exequíveis;
- d) Erros e omissões do projeto de execução que não se incluam nas alíneas anteriores.

3 - Excetuam-se do disposto no número anterior os erros e as omissões referidos na alínea d) do número anterior e aqueles que o concorrente, atuando com a diligência objetivamente exigível em face das circunstâncias concretas, apenas pudesse detetar na fase de execução do contrato.

4 - O incumprimento do dever a que se referem os números anteriores acarreta as consequências previstas nos nºs 3 e 4 do artigo 378º do Código dos Contratos Públicos.

5 - Até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas:

- a) O nomeado para a condução do procedimento deve prestar os esclarecimentos solicitados, através da plataforma eletrónica de contratação utilizada pelo IPCA em <http://www.acingov.pt>;
- b) O órgão competente para a decisão de contratar deve pronunciar-se, através da plataforma eletrónica de contratação utilizada pelo IPCA em <http://www.acingov.pt>, sobre os erros e as omissões identificados pelos interessados, considerando-se rejeitados todos os que, até ao final daquele prazo, não sejam por ele expressamente aceites.

6 - Quando as retificações ou os esclarecimentos sejam comunicados para além do prazo estabelecido no número anterior, o prazo fixado para a apresentação das propostas deve ser prorrogado, no mínimo, por período equivalente ao do atraso verificado, nos termos do nº 1 do artigo 64º do CCP.

7 - Quando as retificações ou a aceitação de erros ou de omissões das peças do procedimento, independentemente do momento da sua comunicação, implicarem alterações de aspetos fundamentais das peças do procedimento, o prazo fixado para a apresentação das propostas deve ser prorrogado, no mínimo, por período equivalente ao tempo decorrido desde o início daquele prazo até à comunicação das retificações ou à publicitação da decisão de aceitação de erros ou de omissões, nos termos do nº 3 do artigo 64º do CCP.

8 - A pedido fundamentado do interessado, o prazo fixado para a apresentação das propostas pode ser prorrogado pelo período considerado adequado, nos termos do nº 4 do artigo 64º do CCP.

9 - Os esclarecimentos, as retificações e as listas com a identificação dos erros e omissões detetados pelos interessados serão disponibilizados através da plataforma eletrónica de contratação utilizada pelo IPCA em <http://www.acingov.pt> e juntos às peças do procedimento patentes para consulta, devendo todos os interessados que as tenham adquirido ser imediatamente notificados desse facto, nos termos do nº 5 do artigo 64º do CCP.

10 - Os esclarecimentos e as retificações fazem parte integrante das peças do procedimento a que dizem respeito e prevalecem sobre estas em caso de divergência.

## **Artigo 8º**

### **Documentos que constituem a proposta**

1 – A proposta é constituída pelos seguintes documentos:

- a) Declaração do concorrente de aceitação do conteúdo do caderno de encargos, elaborada em conformidade com o modelo constante do Anexo I ao presente programa, que deve ser enviada em ficheiro *pdf* com a designação “AnexoI\_[designação \_empresa].pdf”;
- b) Declaração do concorrente, devidamente assinada, que, em função do objeto do contrato a celebrar e dos aspetos da sua execução submetidos à concorrência pelo Caderno de Encargos, contenha os atributos da proposta, de acordo com os quais o concorrente se dispõe a contratar, em conformidade com o Anexo II deste Programa de Procedimento;
- c) Documento que contenha a descrição detalhada e todas as especificações técnicas dos equipamentos;
- d) Documento com a indicação dos técnicos que irão prestar assistência técnica aos equipamentos e respetivas certificações para os modelos de equipamento propostos, bem como, para o software solicitado no caderno de encargos;

- e) O concorrente pode ainda apresentar outros documentos que considere indispensáveis para a avaliação dos atributos das propostas, de acordo com os quais se dispõe a contratar.
- 2 – Os preços constantes da proposta são indicados em euros, com 2 casas decimais e não incluem o IVA.
- 3 – Quando os preços constantes da proposta forem também indicados por extenso, em caso de qualquer divergência, estes prevalecem, para todos os efeitos, sobre os indicados em algarismos. Sempre que na proposta sejam indicados vários preços, em caso de qualquer divergência entre eles, prevalecem sempre, para todos os efeitos, os parciais, unitários ou não, mais decompostos.

## **Artigo 9º**

### **Prazo e modo de apresentação da proposta**

- 1 – Os documentos que constituem a proposta deverão ser apresentados através da plataforma eletrónica <http://www.acingov.pt>, até às **23:59 horas do 6º dia** contado da data do envio do anúncio para publicitação no Diário da República.
- 2 – Quando pela sua natureza qualquer documento que constitua a proposta não possa ser apresentado nos termos do disposto no número anterior, aplica-se o previsto no nº 5 do artigo 62º do Código dos Contratos Públicos.
- 3 – A proposta e todos os documentos que lhe associarem, designadamente, a declaração prevista na alínea a) do nº 1 do artigo anterior devem ser assinados eletronicamente mediante a utilização de certificados de assinatura eletrónica qualificada, nos termos previstos no artigo 54º da Lei nº 96/2015, de 17 de agosto.
- 4 – Independentemente da assinatura qualificada que é feita na própria plataforma, é obrigatória a aposição da assinatura digital qualificada, pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar, em todos os documentos da proposta submetidos, com exceção dos comprovativos de titularidade ou representação emitidos por entidades externas ao concorrente.
- 5 – Se declaração indicada na alínea a) do nº 1 do Artigo 8º for assinada por procurador, será necessário anexar procuração que confira poderes suficientes para o efeito.
- 6 – Quando a declaração referida no número anterior for assinada por representante legal do concorrente, é necessário apresentar a certidão permanente da empresa ou indicação do código de acesso à consulta para conferir os poderes da representação do mesmo.
- 7 – Quando a proposta for apresentada por um agrupamento concorrente, a declaração referida no número anterior deve ser assinada pelo representante comum dos membros que o integram, caso em que devem anexar-se à declaração os instrumentos de mandato emitidos por cada um dos seus membros ou, não existindo representante comum, deve ser assinada por todos os seus membros ou respetivos representantes.

8 – O concorrente deve prever o tempo necessário para a inserção da proposta, bem como para a sua assinatura eletrónica, em função do tipo de acesso à Internet de que dispõem, uma vez que todo esse processo só será permitido até à hora referida.

## **Artigo 10º**

### **Preço base**

1 – O preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pelo fornecimento dos equipamentos e serviços objeto do contrato a celebrar é estabelecido em **110.800,00 €** (cento e dez mil e oitocentos euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se legalmente devido, incluindo as respetivas renovações, nos termos do nº 1 do artigo 47º do CCP.

2 – O preço base estabelecido no nº1 é decomposto da seguinte forma:

- a) 100.800,00 (cem mil e oitocentos euros) que deve incluir o definido no nº 4 do caderno de encargos, para o prazo máximo de execução do contrato;
- b) 10.000,00€ (dez mil euros) para cópias/impressões excedentes, para o prazo máximo de execução do contrato, ou até que este preço se esgote, sem nunca ultrapassar o prazo definido:
  - Páginas a preto: 0,00650 €
  - Páginas a cores: 0,060 €

## **Artigo 11º**

### **Idioma dos documentos da proposta**

Os documentos que constituem a proposta devem ser redigidos em língua portuguesa ou, não o sendo, devem ser acompanhadas de tradução devidamente legalizada e em relação à qual o concorrente declara, para todos efeitos, aceitar prevalência sobre os respetivos originais.

## **Artigo 12º**

### **Prazo de manutenção das propostas**

Os concorrentes são obrigados a manter as respetivas propostas pelo prazo de 120 dias contados da data do termo do prazo fixado para a apresentação das propostas.

## **Artigo 13º**

### **Apresentação de propostas variantes**

Não é admissível a apresentação de propostas variantes, nos termos do nº 7 do artigo 59º do Código dos Contratos Públicos.

## **Artigo 14º**

### **Lista dos concorrentes e consulta das propostas apresentadas**

- 1 – O Júri, no dia imediato ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, procede à publicitação da lista de concorrentes, através da plataforma eletrónica de contratação utilizada pelo IPCA em <http://www.acingov.pt>.
- 2 – O interessado que não tenha sido incluído na lista dos concorrentes pode reclamar desse facto, no prazo de 3 dias contados da publicitação da lista, devendo para o efeito apresentar comprovativo da apresentação da sua proposta.
- 3 – Caso a reclamação prevista no número anterior seja deferida, mas não se encontre a proposta do reclamante, o Júri fixa-lhe um novo prazo para a apresentar, sendo aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto no ponto 1 do presente artigo.

## **Artigo 15º**

### **Exclusão das propostas**

- 1 – São excluídas as propostas cuja análise revele:
  - a) Que tenham sido apresentadas depois do termo fixado para a sua apresentação, em conformidade com o ponto 1 do Artigo 9º do presente programa de concurso;
  - b) Que não sejam instruídas de todos os documentos exigidos no ponto 1 do Artigo 8º do presente programa de concurso;
  - c) Que não observem as formalidades do modo de apresentação das propostas fixadas nos termos do disposto no artigo 62º do Código dos Contratos Públicos;
  - d) A impossibilidade de avaliação das mesmas em virtude da forma de apresentação de alguns dos respetivos atributos;
  - e) Que o preço contratual seria superior ao preço base, sem prejuízo do disposto no nº 6 do artigo 70º;
  - f) Que o contrato a celebrar implicaria uma violação de quaisquer vinculações legais ou regularmente aplicáveis;
  - g) A existência de indícios de atos, acordos, práticas ou informações suscetíveis de falsear as regras da concorrência;
  - h) Que sejam apresentadas por concorrentes relativamente aos quais ou, no caso de agrupamentos de concorrentes, relativamente a qualquer dos seus membros, a entidade adjudicante tenha conhecimento que se verifica alguma das situações previstas no artigo 55º do Código dos Contratos Públicos;
  - i) Que não cumpram o disposto nos nºs 4 e 5 do artigo 57º do Código dos Contratos Públicos;
  - j) Que os documentos que constituem a proposta não estejam redigidos em língua portuguesa;

- k) Que sejam apresentadas como propostas variantes;
- l) Que violem quaisquer das demais disposições previstas no Código dos Contratos Públicos.

## Artigo 16º

### Critério de adjudicação

1 - A adjudicação é feita segundo o critério da proposta economicamente mais vantajosa, na modalidade multifator, conforme previsto na alínea a) do nº 1 do artigo 74º do Código dos Contratos Públicos, tendo em conta os seguintes fatores:

A Pontuação Final da Proposta é obtida através da aplicação seguinte expressão matemática:

$$PF = (50\% \times PP) + (10\% \times PU) + (40\% \times NT)$$

A proposta economicamente mais vantajosa corresponderá à que obtiver melhor pontuação final, arredondada até à terceira casa decimal.

Em que:

**PF** = Pontuação Final da Proposta

**PP** = Preço da Proposta

**PU** = Preços Unitários

**NT** = Número de Técnicos Certificados

#### ○ Fator Preço (PP)

A pontuação do fator Preço, com uma ponderação de 50%, será calculada de acordo com a seguinte expressão matemática:

$$P_{pp} = 100 - \left( \frac{P_p}{P_b} \times 100 \right)$$

$P_{pp}$  = Pontuação do Fator Preço da Proposta

$P_b$  = Preço Base, sem contabilizar os 10.000,00€ do preço máximo definido para excedentes

$P_p$  = Preço da Proposta, sem contabilizar os 10.000,00€ do preço máximo definido para excedentes

#### ○ Fator Preços Unitários (PU)

A pontuação do fator Preço, com uma ponderação de 10%, será calculada de acordo com a seguinte expressão matemática:

$$P_{pp} = 100 - \left( \frac{P_p}{P_b} \times 100 \right)$$

$P_{pp}$  = Pontuação do Fator Preço da Proposta

$P_b$  = Preço Base (soma de todos os preços unitários base: 0,0665€)

$P_p$  = Preço da Proposta (soma de todos os preços unitários propostos)

#### ○ Fator Avaliação de Técnicos (AT)

A pontuação do fator Avaliação de Técnicos, com uma ponderação de 40%, será calculada de acordo com os critérios infra apresentados:

<b>NT: Número de técnicos</b>	<b>Pontuação</b>
Número de Técnicos afetos à assistência técnica dos equipamentos e/ou software <u>superior a 5</u>	100
Número de Técnicos afetos à assistência técnica dos equipamentos e/ou software <u>superior a 4 e inferior ou igual a 5</u>	75
Número de Técnicos afetos à assistência técnica dos equipamentos e/ou software <u>superior a 3 e inferior ou igual a 4</u>	50
Número de Técnicos afetos à assistência técnica dos equipamentos e/ou software <u>superior a 2 e inferior ou igual a 3</u>	25
Número de Técnicos afetos à assistência técnica dos equipamentos e/ou software <u>igual a 2</u>	0

### **Artigo 17º**

#### **Relatório preliminar de análise das propostas**

- 1 - Após a análise das propostas e a aplicação do critério de adjudicação o Júri elabora um relatório preliminar fundamentado no qual deve propor a ordenação das mesmas.
- 2 - No relatório preliminar, o Júri deve também propor a exclusão das propostas relativamente às quais se verifique alguma das situações a que alude o nº 2 do artigo 146º do CCP.

### **Artigo 18º**

#### **Audiência prévia**

Elaborado o relatório preliminar, o Júri envia-o a todos os concorrentes para que, querendo, se pronunciem por escrito através da plataforma, no prazo que para o efeito lhes for fixado, não podendo o mesmo ser inferior a 5 dias úteis.



## **Artigo 19º**

### **Relatório final**

Cumprido o disposto no artigo anterior, o Júri elabora um relatório final fundamentado nos termos do disposto no artigo 148º do CCP.

## **Artigo 20º**

### **Notificação da decisão de adjudicação**

1 – A decisão de adjudicação é notificada, em simultâneo, a todos os concorrentes, até ao termo do prazo da obrigação de manutenção das propostas, remetendo-se-lhes o relatório final de análise das propostas.

2 – Juntamente com a notificação da decisão de adjudicação, o órgão competente para a decisão de contratar deve notificar o adjudicatário para:

- a) Apresentar os documentos de habilitação exigidos no Artigo 24º deste programa de concurso;
- b) Prestar caução, se esta for devida, nos termos do disposto nos Artigos 25º a 27º deste programa de concurso;
- c) Confirmar no prazo para o efeito fixado, se for o caso, os compromissos assumidos por terceiras entidades relativos a atributos ou a termos ou condições da proposta adjudicada;
- d) Se pronunciar sobre a minuta do contrato;
- e) Confirmar no prazo para o efeito fixado, se for o caso, a constituição da sociedade comercial, de acordo com os requisitos fixados nas peças do procedimento e os termos da proposta adjudicada.

## **Artigo 21º**

### **Causas de não adjudicação**

1 – Não há lugar a adjudicação quando:

- a) Nenhum concorrente haja apresentado propostas;
- b) Todas as propostas tenham sido excluídas, sem prejuízo do disposto no nº 6 do artigo 70º, no que respeita às propostas;
- c) Por circunstâncias imprevistas, seja necessário alterar aspetos fundamentais das peças do procedimento;
- d) Circunstâncias supervenientes relativas aos pressupostos da decisão de contratar o justifiquem.

2 – A decisão de não adjudicação, bem como os respetivos fundamentos, deve ser notificada a todos os concorrentes.

## **Artigo 22º**

### **Redução do contrato a escrito**

Conforme previsto no artigo 94º do Código dos Contratos Públicos, o contrato será reduzido a escrito, através da elaboração de um clausulado em suporte informático com a aposição de assinaturas eletrónicas.

## **Artigo 23º**

### **Aprovação e notificação da minuta de contrato**

1 – A minuta do contrato é aprovada pelo órgão competente para a decisão de contratar em simultâneo com a decisão de adjudicação.

2 – Depois de aprovada a minuta do contrato a celebrar, o órgão competente para a decisão de contratar notifica-a ao adjudicatário, em conformidade com o disposto na alínea d) do nº 2 do Artigo 19º do presente Programa.

## **Artigo 24º**

### **Aceitação da minuta de contrato**

A minuta de contrato a celebrar e os ajustamentos propostos consideram-se aceites pelo adjudicatário quando haja aceitação expressa ou quando não haja reclamação nos cinco dias subsequentes à respetiva notificação.

## **Artigo 25º**

### **Documentos de habilitação**

1 - O adjudicatário deve entregar, no prazo de 5 dias úteis a contar da notificação da decisão de adjudicação, os seguintes documentos de habilitação:

- a) Declaração emitida conforme modelo constante do **Anexo III** ao presente programa de concurso, de acordo com o estabelecido na alínea a) do nº 1 do artigo 81º do CCP;
- b) Documentos comprovativos, ou disponibilização de acesso para a sua consulta *online*, de que não se encontra em nenhuma das situações de impedimento previstas nas alíneas b), d), e), e h) do artigo 55º do CCP;
- c) Certidão do registo comercial, com todas as inscrições em vigor, ou disponibilização do código de acesso para a sua consulta *online*, para identificação dos titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções.
- d) Documento comprovativo de registo no Registo Central de Beneficiário Efetivo (<https://rcbe.justica.gov.pt>), de acordo com o disposto no artigo 3º e na al. b) do nº 1 do artigo 37º, ambos da Lei nº 89/2017, de 21 de agosto, na medida em que o incumprimento das obrigações

declarativas previstas no Regime Jurídico do Registo Central do Beneficiário Efetivo proíbe a celebração do contrato decorrente do presente procedimento, constituindo causa de caducidade da adjudicação por força do disposto no artigo 87º-A do CCP

2 – Quando o adjudicatário for um agrupamento os documentos referidos no número anterior devem ser entregues por todos os membros que o constituem, nos termos do artigo 6º da Portaria nº 372/2017, de 14 de dezembro, por remissão do nº 2 do artigo 81º do Código dos Contratos Públicos.

3 – Os documentos de habilitação devem ser apresentados em formato digital através da plataforma eletrónica <http://www.acingov.pt>. No caso da plataforma eletrónica se encontrar indisponível, os documentos de habilitação devem ser enviados para o endereço eletrónico indicado no Artigo 2º do presente programa de concurso.

4 - Todos os documentos de habilitação devem ser redigidos em língua portuguesa, ou, quando, pela sua própria natureza ou origem, os referidos documentos estiverem redigidos em língua estrangeira, deve o adjudicatário fazê-los acompanhar de tradução devidamente legalizada.

5 - O adjudicatário pode, em substituição da apresentação da reprodução dos documentos de habilitação, indicar o endereço do sítio da Internet onde aqueles podem ser consultados, bem como a informação necessária a essa consulta, desde que o referido sítio e documentos dele constantes estejam redigidos em língua portuguesa.

6 - Nos termos do nº 2 do artigo 85º do CCP, o prazo fixado para a apresentação dos documentos de habilitação poderá ser prorrogado por um prazo máximo de 5 dias, se essa prorrogação for solicitada, pelo adjudicatário, em tempo útil e devidamente fundamentada.

7 - Não é necessária a apresentação dos documentos previstos na alínea b) do 1., caso o adjudicatário se encontre devidamente registado no Portal Nacional de Fornecedores do Estado.

8 – Nos casos em que o valor do contrato a celebrar determine a sua sujeição a fiscalização prévia do Tribunal de Contas, o órgão competente para a decisão de contratar deve solicitar ao adjudicatário a apresentação de um plano de prevenção de corrupção e de infrações conexas, salvo se este for uma pessoa singular ou uma micro, pequena ou média empresa, devidamente certificada nos termos da lei.

9 – Sempre que se verifique um facto que determine a caducidade da adjudicação, nos termos previstos no artigo 86º do CCP, o adjudicatário é notificado relativamente ao facto que ocorreu, sendo fixado um prazo de 5 dias para que este se pronuncie, por escrito, ao abrigo do direito de audiência prévia.

10 – Quando o facto a que se refere o número anterior se verifique por causa não imputável ao adjudicatário, o órgão competente para a decisão de contratar, em função das razões invocadas, notificará o adjudicatário para a apresentação dos documentos em falta, fixando-lhe um prazo adicional de 5 dias para o efeito, sob pena de caducidade da adjudicação.

11 – O órgão competente para a decisão de contratar pode sempre solicitar ao adjudicatário, ainda que tal não conste do presente convite, a apresentação de quaisquer documentos comprovativos da titularidade das habilitações legalmente exigidas para a execução das atividades objeto do contrato a celebrar, fixando-lhe prazo para o efeito.

12 - O órgão competente para a decisão de contratar pode ainda exigir ao adjudicatário, em prazo que fixar para o efeito, a apresentação dos originais de quaisquer documentos cuja reprodução tenha sido apresentada nos termos do 2, em caso de dúvida fundada sobre o conteúdo ou a autenticidade destes, sendo aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto no artigo 86º do CCP.

### **Artigo 26º**

#### **Cumprimento das obrigações legais e contratuais**

1 – Para garantir a celebração do contrato, bem como o exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais que assume essa celebração, no presente procedimento é exigido ao adjudicatário a prestação de uma caução.

2 – Pode não ser exigida a prestação de caução quando:

- a) O preço contratual for inferior a 500.000,00€;
- b) O adjudicatário seja uma entidade prevista nos artigos 2º ou 7º do Código dos Contratos Públicos;  
ou
- c) Se trate dos contratos previstos na alínea c) do nº 1 do artigo 95º do Código dos Contratos Públicos, ainda que exista contrato escrito.

3 – Quando, em conformidade com o previsto no número anterior, não tenha sido exigida a prestação da caução, pode a entidade adjudicante, se o considerar conveniente, proceder à retenção até 10% do valor dos pagamentos a efetuar, desde que tal faculdade seja prevista no caderno de encargos.

4 – Não é exigida a prestação de caução quando o adjudicatário apresente seguro de execução do contrato a celebrar, emitido pela entidade seguradora, que cubra o respetivo preço contratual, ou declaração de assunção de responsabilidade solidária com o adjudicatário, pelo mesmo montante emitida por entidade bancária, desde que essa entidade apresente documento comprovativo de que possui ou sucursal em Estado membro da União Europeia, emitido pela entidade que nesse Estado exerça a supervisão seguradora ou bancária, respetivamente.

### **Artigo 27º**

#### **Legislação Aplicável**

O contrato é regulado pelas normas constantes do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de janeiro, com as atualizações em vigor, e demais legislação específica aplicável.



## ANEXOS

**Anexo I** – Modelo de Declaração [a que se refere a alínea a) do nº 1 do artigo 57º do Código dos Contratos Públicos].

**Anexo II** – Modelo de Proposta.

**Anexo III** – Modelo de Declaração [a que se refere a alínea a) do nº 1 do artigo 81º do Código dos Contratos Públicos].

**NOTA:** estes anexos, em formato editável, constituem documentos autónomos das peças do procedimento e fazem parte integrante deste Programa.

## ANEXO I

### Modelo de Declaração

(a que se refere a alínea a) do nº 1 do artigo 57º ou a subalínea i) da alínea b) e alínea c) do nº 3 do artigo 256º-A, conforme aplicável, do Código dos Contratos Públicos)

1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de **(1)**... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa) e, se for o caso, do caderno de encargos do acordo-quadro aplicável ao procedimento, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada **(2)** se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 - Declara também que executa o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo **(3)**:

a)

b)

3 - Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 - Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no nº 1 do artigo 55º do Código dos Contratos Públicos.

5 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 - Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do nº 1 do artigo 55º do referido Código.

7 - O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito

grave, nos termos do artigo 456º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local)... (data)... [assinatura **(4)**].

- (1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.
- (2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».
- (3) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do nº 1 e nos nºs 2 e 3 do artigo 57º
- (4) Nos termos do disposto nos nºs 4 e 5 do artigo 57º



## ANEXO II

## MINUTA DE PROPOSTA E ATRIBUTOS DA PROPOSTA

(a que se refere a alínea b) do nº 1 do Artigo 7º deste Programa de Procedimento)

----- [entidade; designação legal, NIPC e sede], representada por -----  
[gerente/administrador/representante legal; nome, NIF, domicílio fiscal ou profissional], tendo tomado  
inteiro e perfeito conhecimento do procedimento concursal, -----,  
obriga-se a executar o contrato e fornecer ao IPCA todos os bens que constituem o respetivo objeto, nos  
termos, condições e de harmonia com o caderno de encargos e os restantes elementos do procedimento,  
designadamente, pelo preço definido *infra* e no prazo máximo definido no caderno de encargos.

1. Preço global da proposta para a duração máxima prevista do contrato, incluindo os 10.000,00€ para cópias excedentes: \_\_\_\_\_ € (valor por extenso);
2. Preço global da proposta para a duração máxima prevista do contrato, excluindo os 10.000,00€ para cópias excedentes: \_\_\_\_\_ € (valor por extenso);
3. Número de técnicos que irão prestar assistência técnica aos equipamentos e software: \_\_\_\_\_  
(extenso), conforme documentação que se remete em anexo;
4. Preços unitários propostos por cópia excedente:
  - 4.1 Cores: \_\_\_\_\_ €
  - 4.2 Preto e branco: \_\_\_\_\_ €

Mais declara que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do contrato,  
ao que se achar prescrito na legislação portuguesa em vigor.

À quantia acima referida acrescerá o IVA à taxa legal, atualmente em vigor, de \_\_\_\_%.

[Local], [data]

[Assinatura]

### ANEXO III

#### Modelo de Declaração de Habilitação

(a que se refere a alínea a) do nº 1 do artigo 81º do Código dos Contratos Públicos)

1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de **(1)**... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada **(2)** não se encontra em nenhuma das situações previstas no nº 1 do artigo 55º do Código dos Contratos Públicos.

2 - O declarante junta em anexo [ou indica...como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados **(3)**] os documentos comprovativos de que a sua representada **(4)** não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do nº 1 do artigo 55º do Código dos Contratos Públicos.

3 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura **(5)**].

**(1)** Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

**(2)** No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

**(3)** Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

**(4)** No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

**(5)** Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57º

## **REGULAMENTO DO SORTEIO DE DESEMPATE DAS PROPOSTAS**

Em caso de empate entre duas ou mais propostas, proceder-se-á a um sorteio para seriar as propostas empatadas, nos termos seguintes:

- 1 - As propostas empatadas serão numeradas de 1 a "*n*", usando-se, para efeitos de numeração, a ordem cronológica de submissão de cada uma delas, conforme o respetivo registo na plataforma.
- 2 - Os números serão impressos em papel branco, que será dobrado em 4, de modo a que não fique visível o número inscrito em cada folha.
- 3 - Os papéis dobrados serão todos introduzidos em recipiente opaco, misturando-se os papéis no seu interior.
- 4 - Os papéis serão retirados um a um, sendo elaborado um auto que identifica a ordem pelo qual foram retirados, constituindo-se assim a ordenação e seriação final das propostas empatadas, documento esse que fará parte do processo do procedimento e será notificado na plataforma eletrónica a todos os concorrentes.
- 5 - O primeiro papel a ser retirado corresponde ao concorrente que ficará em primeiro lugar e assim sucessivamente até que sejam esgotados todos os papéis introduzidos no recipiente.
- 6 - Os trabalhos referidos nos números anteriores são efetuados pelos membros do júri, cabendo ao presidente do júri a sua condução e orientação.
- 7 - Ao sorteio e às operações acima descritas podem assistir os concorrentes que sejam submetidos ao desempate ou os seus representantes devidamente credenciados e mandatados, com os necessários poderes de representação, e bem assim outros funcionários do IPCA, igualmente mandatados para o efeito.
- 8 – Do processo de sorteio será lavrada ata que será assinada por todos os presentes.